

A ARQUITETURA E O CONSELHO ESCOLAR, EM CABACEIRAS/PB

PEREIRA, FÚLVIO

Doutor, Professor CAU/UFPG. fulvio.teixeira@professor.ufcg.edu.br

QUEIROZ, LAUANDA

Graduação, Estudante CAU/UFPG. lauandaaq@gmail.com

VILLAÇA, REBECA

Graduação, Estudante CAU/UFPG. rebecav8@gmail.com

RESUMO

Frente à possibilidade de contribuição dos conselhos escolares para a gestão democrática das escolas, esta pesquisa objetiva analisar a participação desses conselhos no processo de projeto da arquitetura escolar da rede pública municipal. A pesquisa, baseia-se em estudo de caso da cidade de Cabaceiras, na Paraíba, com foco na escola EMEF Abdias Aires de Queiroz. Para isso, apoia-se nas análises do ambiente construído e das percepções de membros da comunidade escolar e de agentes envolvidos com o planejamento, através de entrevistas. Como resultado, constata que o conselho escolar é, no caso estudado, subutilizado para a finalidade de planejar o ambiente construído, devido à pouca diversidade de membros que o compõe e à falta de discussão sobre o ambiente construído.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura escolar; projeto de arquitetura; participação.

ABSTRACT

Considering the possibility of school councils' contribution to the democratic management of schools, this research aims to analyze how such councils could contribute to the architectural design process in the local public school system. This research is based on a case study in the city of Cabaceiras, in the state of Paraíba, focusing on the EMEF Abdias Aires de Queiroz school. It is based on analyses of the built environment and interviews revealing the perceptions of school agents and members of the community involved. As a result, it found that, in the mentioned case, its school council is underutilized for the purpose of planning the built environment due to its members' little diversity and to lack of discussion about the built environment.

KEYWORDS: school architecture; architectural design; participation.

RESUMEN

Dada la posibilidad de contribuir a los consejos escolares a la gestión democrática de las escuelas, esta investigación tiene como objetivo analizar la participación de estos consejos en el proceso de proyectar la arquitectura escolar de la red pública municipal. La investigación se basa en un estudio de caso de la ciudad de Cabaceiras, Paraíba, centrándose en la escuela EMEF Abdias Aires de Queiroz. Para eso, se apoya en el análisis del entorno construido y las percepciones de los miembros de la comunidad escolar y de los agentes implicados en la planificación, a través de entrevistas. Como resultado, señala que la junta escolar está, en el caso estudiado, infrautilizada para el propósito de planificar el entorno construido, debido a la baja diversidad de miembros que lo componen y la falta de discusión sobre el entorno construido.

PALABRAS CLAVE: arquitectura escolar; diseño de arquitectura; participación.

INTRODUÇÃO

A participação é recomendada pelo Ministério da Educação – MEC como meio de garantir que sejam contemplados no ambiente construído aspectos concordantes com a proposta pedagógica, os desejos e necessidades dos usuários e as características culturais da comunidade. Essa prática é importante ao planejamento e manutenção das construções escolares e seus benefícios são reconhecidos por estudos acadêmicos (WOOLNER, 2009, p. 3-4), os quais apontam seus impactos tanto no ambiente construído, por torná-lo mais adequado aos fins previstos e desejados pelos usuários, quanto nos participantes, por aprimorar suas habilidades, cooperação e autoconfiança, a exemplo de professores que passam a fazer um melhor uso do espaço físico disponível como recurso de ensino-aprendizagem. A participação também pode favorecer o senso de pertencimento, ao tornar as pessoas mais envolvidas e atenciosas com o ambiente construído.

E o Conselho Escolar, recomendado pelo MEC, é um importante recurso para participação da comunidade na gestão das instituições de ensino no Brasil. Tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras (BRASIL, 2004, p. 40-41). É formado por representantes da comunidade escolar (estudantes, pais, professores, funcionários e direção) e da comunidade local (entidades e organizações da sociedade civil identificadas com o projeto da escola). Visa contribuir para a consolidação do que se entende por processos participativos de gestão escolar, ao descentralizar a gestão para além da figura do gestor da escola e incluir representantes das comunidades como responsáveis pela tomada de decisões. Dessa forma, visa “[...] constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia” (BRASIL, 2004, p. 24).

Frente a disponibilidade desse instrumento, questiona-se: *os conselhos escolares contribuem, no cotidiano das escolas, para práticas mais participativas de planejamento ou manutenção das construções escolares?*

Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação dos conselhos no processo de projeto de construções escolares da rede pública municipal, com base em estudo de caso da cidade de Cabaceiras, na Paraíba. Para isso, aborda três eixos de investigação: (1) caracterizar as construções escolares produzidas pela rede pública municipal de Cabaceiras e os parâmetros de projeto adotados; (2) identificar a adoção de práticas de projeto participativo e sua repercussão no processo de planejamento e (3) relacionar a organização do espaço escolar com demandas do conselho escolar (ou da comunidade escolar).

A escolha de Cabaceiras se deve ao fato dessa cidade possuir um dos mais elevados Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb no estado da Paraíba, além de sua pouca distância em relação à cidade de Campina Grande ampliar a possibilidade de contato direto dos pesquisadores com o objeto pesquisado. Em 2021, Cabaceiras tinha uma população estimada (IBGE, 2022) de 5.710 habitantes. Em 2019, seu Ideb (rede pública) nos anos iniciais do ensino fundamental (6,1) era o 11º mais elevado do estado e em relação aos anos finais (4,0) era o 8º mais elevado do estado. Sua rede escolar é composta por duas escolas estaduais (ECIT Alcides Bezerra e EEEF Clóvis Pedrosa) e quatro escolas públicas municipais: EMEF Inácio Gomes Meira (rural), EMEF Maria Neuly Dourado (urbana), EMEF Abdias Aires de Queiroz (urbana) e EMEF João Francisco da Motta (rural).

Por sua vez, a EMEF Abdias Aires de Queiroz foi selecionada para o estudo de caso, por possuir grande nível de complexidade de gestão escolar (nível 3, o mais elevado na cidade e igual à EMEF Maria Neuly Dourado), por ter sido objeto de recente projeto de reforma e por ser uma das construções escolares mais antigas de Cabaceiras.

METODOLOGIA

Com enfoque exploratório e abordagem qualitativa, esta pesquisa visa produzir diagnóstico sobre o atual processo de projeto de construções escolares da rede pública municipal. Para isso, realiza estudo de caso da cidade de Cabaceiras, na Paraíba, e, mais especificamente, da EMEF Abdias Aires de Queiroz.

Inicialmente, realiza-se a caracterização do ambiente construído da escola, através de pesquisa documental de informações iconográficas, históricas e cadastrais e pesquisa de campo para levantamento arquitetônico (realizado em 16 de dezembro de 2021) sobre a atual configuração espacial da escola e sua forma de funcionamento.

Em seguida, realiza-se a identificação das percepções de secretários municipais (obra e educação) e membros da comunidade escolar (gestor, professores e estudantes) sobre a qualidade do atual ambiente construído. Essas opiniões

foram captadas por entrevistas realizadas de forma remota (devido à pandemia do Covid-19). Apenas as opiniões dos estudantes foram captadas através de questionário (impresso), respondido em sala de aula com supervisão de gestora e/ou professora da escola. Foram respondidos, em 08 de julho de 2022, 37 questionários, sendo 16 por alunos do 6º ano e 21 por alunos do 9º. Ano.

E, por envolver a participação de seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro – CEP-HUAC, através da Plataforma Brasil (CAAE 3 8113220.9.0000.5182), e foi aprovada, em 24 de outubro de 2021. Para resguardar o sigilo dos participantes, eles são identificados apenas por suas funções ou cargos.

Por fim, realizou-se o estudo comparativo entre os desejos de secretários municipais e da comunidade escolar e a proposta de reforma arquitetônica (atualmente em execução), com base em entrevista do projetista (arquiteto) e análise de projeto.

CONCEITOS SOBRE PARTICIPAÇÃO

A participação é estimulada pelos próprios manuais de arquitetura escolar do MEC e por estudos acadêmicos. E deve ser entendida de forma criteriosa a fim de identificar suas características essenciais e não a confundir com atividades nas quais os usuários são meros expectadores, as denominadas “pseudoparticipações”.

O projeto participativo, cujo termo ganha força, em 1971, na conferência internacional *Design Research Society*, é, conforme Sanoff (2007, p. 1, tradução nossa), “[...] uma atitude sobre uma força de mudança na criação e gestão de ambientes para as pessoas. Sua força reside em ser um movimento que ultrapassa as fronteiras profissionais e culturais tradicionais. Suas raízes se fundam nos ideais da democracia participativa”. E seus princípios fundamentais são equalizar relações de poder, ações baseadas na situação, aprendizagem mútua, ferramentas e técnicas para expressão dos participantes, visões alternativas sobre tecnologia em favor da igualdade e práticas democráticas (LUCK, 2018a, p. 2).

Para que o processo de projeto seja de participação genuína, esse deve ser de mão dupla, de modo que o usuário tem de ter a oportunidade de transformar ativamente o conhecimento do profissional de arquitetura (JEREMY TILL, 2005 apud WOOLNER, 2009, p. 4). Isso evidencia a necessidade de apoiar-se em métodos específicos para assegurar a participação no processo de projeto e identificar critérios para aferir sua efetividade. Frente a isso, Arnstein sistematiza os níveis de participação numa escada, cujos degraus em ordem crescente de poder do cidadão são: manipulação, terapia, informação, consulta, pacificação, parceria, delegação de poder e controle cidadão [Quadro 1]. Aponta, assim, que essa atividade pode variar desde a “não participação”, voltada a “educar” ou “curar” os participantes, até o “poder cidadão”, nível mais elevado de participação e caracterizado pelo maior poder de decisão dos envolvidos (ARNSTEIN, 2002, p. 2).

Quadro 1. Degraus da escada de participação cidadã, segundo Arnstein

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: ARNSTEIN, 2002, p. 2.

Mais tardiamente, Woolner (2009, p. 6) também sistematiza os diferentes níveis de participação e os organiza na sequência crescente: (1) consulta, (2) envolvimento, (3) colaboração e (4) parceria. Em seu entendimento, a participação pode variar desde o mero fornecimento de dados para realização do projeto (consulta) até o nível máximo (parceria), quando há uma estreita interação entre os participantes e maior determinação do objeto projetado em relação às demandas dos usuários. Além disso, Woolner (2009, p. 6) aponta outra variável a ser considerada na avaliação do processo participativo: quem participa? Ao tratar da arquitetura escolar, Woolner (2009, p. 6) sugere o envolvimento dos seguintes agentes, conforme ampliação progressiva da diversidade de participantes: gestor da escola, professores, assistentes de ensino, demais funcionários, estudantes, parentes e outras pessoas. A associação entre ambas as variáveis dá origem ao quadro avaliativo proposto por Woolner (2009, p. 6) [Quadro 2], que também sinaliza a possibilidade de o nível de participação entre os diferentes agentes variar de forma independente entre si.

Quadro 2. Níveis de participação na arquitetura escolar, segundo Woolner.

Levels of Participation	partnership							
	collaboration							
	involvement							
	consultation							
	senior management	teachers	learning support	other staff	students	parents	others	
	People involved							

Fonte: WOOLNER, 2009, p. 6.

Enfim, o processo participativo é heterogêneo, com possibilidade de assumir diferentes níveis de envolvimento dos participantes e, por isso, é necessário estimular a diversidade de participantes e de meios que favoreçam o envolvimento democrático e ativo das pessoas.

A ESCOLA ABDIAS AIRES DE QUEIROZ

A denominação da escola homenageia o ex-prefeito Abdias Aires de Queiroz, nascido em 1917 em São João do Cariri/PB. Após infância marcada por restrições econômicas e descontinuidade nos estudos, ele ganhou popularidade através do comércio de miudezas e, em 1963, tornou-se prefeito. Em seu mandato, eletrificou a sede da cidade, construiu o mercado público, o prédio do fórum local, a Câmara de Vereadores, a Biblioteca Municipal e a maternidade. Na zona rural, construiu 15 grupos escolares, postos médicos, poços artesianos e quatro postos telefônicos.

Para além de sua denominação, as origens dessa escola remontam a 1964, quando a professora Terezinha Jesus Farias Aires (esposa de Abdias Aires) e outras pessoas criaram o Ginásio Comercial de Cabaceiras, com o intuito de atender a população que não tinha condições de estudar em outras localidades. Em seguida, foram apoiados por Felipe Tiago Gomes, fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), e mantiveram parceria por aproximadamente 35 anos, quando atenderam as modalidades de ensino de 1º grau (atual fundamental II) e 2º grau (atual ensino médio). Após o falecimento dessa educadora, sua filha Teresa Amélia Nóbrega Aires deu continuidade à mesma iniciativa, até os anos 2000.

Em 1999 (na gestão do prefeito Arnaldo Júnior Farias Dôso), através da Lei Municipal N. 504/99, a então escola Cenecista foi municipalizada e passou a fazer parte da rede pública municipal de ensino.

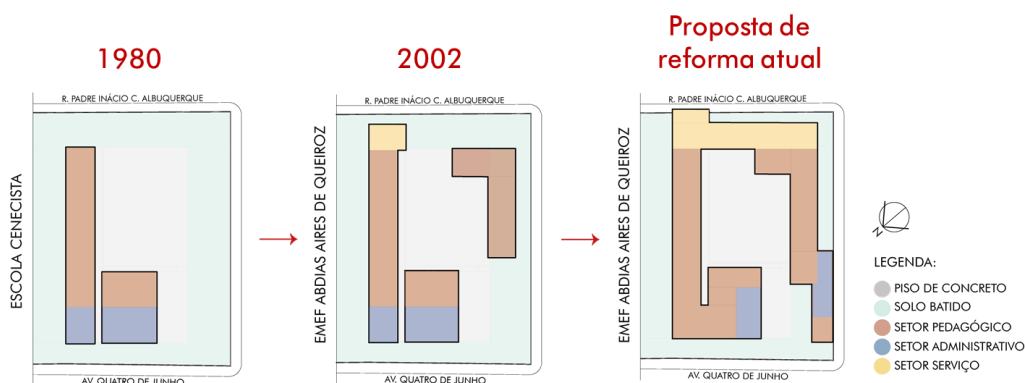
Atualmente, a escola é direcionada aos anos finais do ensino fundamental (do sexto ao nono ano). Funciona com aula teóricas pela manhã e aulas de educação física pela tarde. Em 2022, sua comunidade escolar é composta por 254 estudantes, 13 professores, 12 funcionários e 5 cuidadoras. Os estudantes estão distribuídos em onze turmas, sendo: três turmas de 6º ano, duas turmas de 7º ano, duas turmas de 8º ano e três turmas de 9º ano. Cada turma tem em média 23 estudantes. E suas idades variam de 11 até 19 anos. Os professores abrangem as seguintes disciplinas: dois professores de Português, dois professores de Matemática, dois professores de Ciências, dois professores de Geografia, dois professores de História, um professor de Artes, um professor de Inglês e um professor de Educação Física. Os funcionários são compostos por dois porteiros, uma bibliotecária, uma secretária e oito funcionários de serviços gerais.

Essa comunidade escolar está organizada em: *Conselho de Classe*, composto por gestor da escola, todos os professores e representantes dos alunos de cada turma, e *Conselho de Pais*, composto por gestor da escola e representantes de pais. Conforme essa organização, o Conselho Escolar “tradicional” encontra-se desmembrado em duas estruturas menores: uma mais restrita a pessoas que trabalham na escola (Conselho de Classe) e outra mais voltada àqueles com contatos fortuitos ou temporários (Conselho de Pais).

A representação da comunidade nesses conselhos é limitada. Em primeiro lugar, a função de representante dos estudantes encontra-se vaga. Em segundo lugar, a função de representante de pais é exercida por um professor da própria escola cuja filha é estudante da instituição. Essa situação é, formalmente, possível, embora seja indesejada. Como relatado pelo próprio professor, a sobreposição de funções restringe o objetivo básico dessa representação, que é identificar as opiniões e os desejos de cada grupo representado. E o perfil do atual representante de pais, sobretudo quanto à escolaridade e familiaridade com o dia a dia da escola, é provavelmente pouco representativo desse grupo.

Por sua vez, o ambiente construído da EMEF Abdias Aires de Queiroz é resultante de sucessivas ampliações ou reformas ao longo do tempo [Figura 1]. Quando, nos anos 1980, funcionava como escola Cenequista, o edifício possuía dimensões menores. Era formado por bloco linear de salas de aula e núcleo administrativo anexo, ambos ainda existentes e com usos mantidos. Inclusive o revestimento de piso (em ladrilho hidráulico), a configuração da cobertura (em telhas cerâmicas e estrutura de madeira) e as portas (em madeira) foram preservados.

Figura 1. Transformações da escola EMEF Abdias Aires de Queiroz.



Fonte: Autores, 2022.

Por volta dos anos 2000, após a escola ser municipalizada, o edifício passou por sucessivas ampliações e reformas. Foram construídas salas de aula (em novo bloco), cozinha e refeitório. Também foi construída sala de aula em pavimento elevado, sobre a cozinha. No entanto, a data e a sequência dessas alterações são incertas, diante da escassez de documentação. Em 2009, o espaço da antiga quadra descoberta foi ocupado para construir polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB, dedicado ao ensino superior [Figura 2].

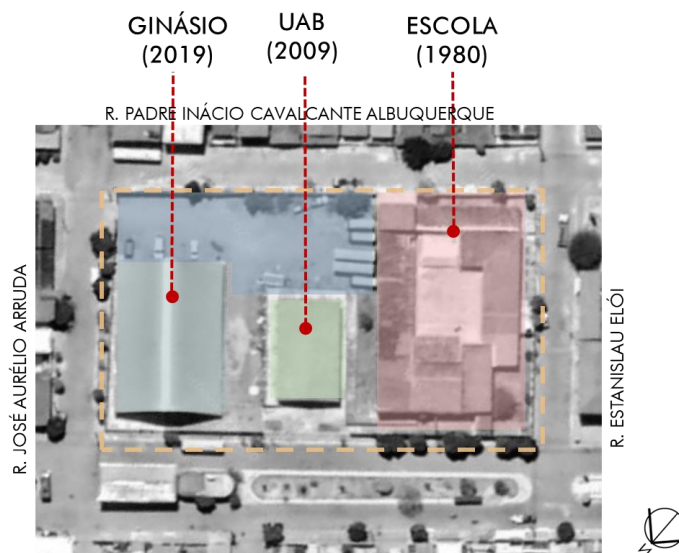
Por volta de 2011, a escola passou por melhorias pontuais: reforma dos sanitários dos estudantes, adequações de acessibilidade e melhorias nas aberturas das salas de aulas (substituição de cobogós por janelas basculantes de aço e vidro).

Em 2019, foi inaugurado o ginásio coberto municipal, o qual tem acesso interno (pelos estudantes da escola) e externo (pelos demais usuários). E, mais recentemente, foi acrescida nova sala de aula, junto ao recreio coberto. Esse ambiente reproduz o dimensionamento das demais salas existentes, ao mesmo tempo que estabelece novos padrões construtivos e de conforto: forro de PVC e ar-condicionado.

Tais modificações aparentam ser direcionadas por demandas momentâneas da escola ao longo de tempo e priorizaram a ampliação da área construída, em detrimento das áreas livres. Em consequência os espaços descobertos ou ajardinados foram minimizados. Áreas de recreação foram substituídas por ambientes de ensino formal, como a

ocupação da antiga quadra pela UAB. E novas salas construídas afetaram a ventilação natural das preexistentes ou foram afetadas por essas, como a sala de aula cujas aberturas se voltam para o interior do refeitório.

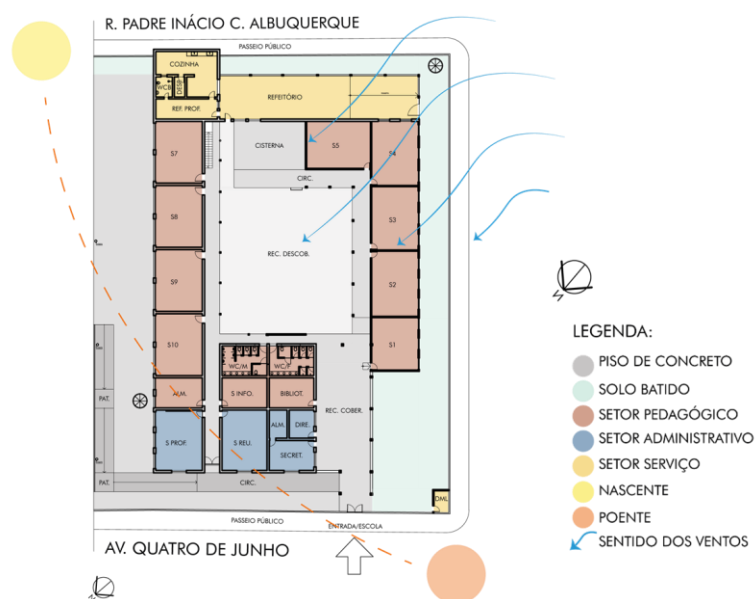
Figura 2. Conjunto construído da escola EMEF Abdias Aires de Queiroz.



Fonte: Google Earth, 2022 (editado).

Atualmente (conforme pesquisa de campo), a escola Abdias Aires de Queiroz está implantada em terreno contínuo, sem subdivisões internas, juntamente com a UAB, o ginásio coberto e a garagem (descoberta) de veículos públicos municipais. Seu ambiente construído é composto por dez salas de aula (sendo nove no térreo e uma no pavimento superior, sem acessibilidade). Também compõe o setor pedagógico: biblioteca e laboratório de informática. O setor administrativo é composto por secretaria, coordenação, almoxarifado e sala de professores. A área de recreação é composta por refeitório, recreio coberto e pátio descoberto, o qual não possui áreas ajardinadas. E o setor de serviços é composto por cozinha e sanitários [Figura 3].

Figura 3. Organização espacial da escola EMEF Abdias Aires de Queiroz.



Fonte: Autores, 2022.

PERCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA

O ambiente construído da EMEF Abdias Aires de Queiroz é percebido com variações conforme o vínculo da pessoa com a escola: secretário municipal, gestor escolar, professor e estudante.

Para a Secretária de Educação, suas percepções sobre a escola se concentram em aspectos funcionais. Identifica como as principais qualidades da edificação a disponibilidade de ventilação e iluminação naturais nos ambientes recreativos, o dimensionamento da escola e de suas salas de aula. E aponta como principais demandas a necessidade de adequação às características bioclimáticas locais, como a instalação de ar-condicionado nas salas de aula, e funcionais, como a instalação de forro no interior das salas de aula (pois andorinhas fazem ninhos na estrutura do telhado) e a ampliação da quantidade de sanitários. O foco de sua atenção é o espaço das salas de aula, local das atividades de ensino tradicional.

A Secretária e Obras tem percepção semelhante e se atém em aspectos técnicos e funcionais. Ratifica as qualidades relacionadas ao dimensionamento dos ambientes, ao tomar como referência padrões construtivos estabelecidos em projetos padrões do MEC. Avalia de forma positiva os aspectos de conforto térmico e descreve a escola como iluminada e ventilada, embora defenda a necessidade de garantir climatização artificial às salas de aula, sob o argumento das altas temperaturas na cidade.

A gestora da escola concentra suas percepções no conforto bioclimático, a exemplo de citar que um dos pontos positivos dessa escola é a ventilação do refeitório, situado em posição favorável aos ventos predominantes locais (vindos de Sul e Sudeste). Em contrapartida, defende a necessidade de climatização artificial nas salas de aula, para garantir que os alunos e professores tenham conforto térmico mesmo nos dias de temperatura mais elevada. Reforça, assim, o ideal de “modernização” requerido à escola, sob o argumento que não existe reforma há muitos anos e “por serem prédios antigos, existe a necessidade de se estar ampliando ou reformando...”. E, ao ter maior vivência sobre o cotidiano da escola, ela expõe sua opinião sobre diversos ambientes da escola, numa visão abrangente do ambiente construído. Aponta que a atual ampliação do recreio coberto (reforma em execução), através de construção de cobertura no pátio central, justifica-se, segundo seu entendimento, pela demanda urgente dos estudantes por espaços de socialização e permanência nas horas livres, uma vez que a permanência no atual espaço é desconfortável, por ser descoberto e pavimentado. Ao mesmo tempo, seu discurso sinaliza que o aspecto disciplinar também restringe a oferta de áreas de socialização na escola, visto que, em razão de episódios de furtos em salas de aulas, esses ambientes são mantidos fechados durante os recreios.

Também os professores A e B concentram suas atenções em aspectos funcionais da escola. Apontam como principais qualidades do edifício as dimensões da escola e de suas salas de aula, além do potencial para aprimoramento das áreas de lazer e socialização já existentes. Conforme o professor A, a escola possui “um ambiente com uma iluminação muito boa, uma circulação de ar, pela questão de ser uma área aberta...”. Para o professor B, apesar de antiga, a escola possui bons tamanhos de salas de aulas, que comportam com qualidade e segurança a quantidade de alunos: “é um espaço que comporta bem os alunos, mas tende a ser melhorado...”, tais melhorias em geral referem-se ao conforto bioclimático, seja das salas de aulas ou das áreas livres. E dentre as principais demandas apontadas pelos professores entrevistados estão a já citada necessidade de cobrir o pátio central a fim de ampliar as áreas de convivência dos estudantes e a necessidade de forrar as salas de aula, em concordância com as queixas sobre os pássaros abrigados nos vigamentos aparentes da cobertura. O professor B enfatiza a urgência de priorizar a instalação de forro no interior das salas de aula, por considerar que “as andorinhas é o fator que mais incomoda na escola hoje...”. O mesmo professor explica que os voos assustam ou distraem as crianças e o barulho e a sujeira desses animais os incomodam. Também reclamam a instalação de ar-condicionado em salas de aula.

As percepções mais diversas e particulares se deram nos questionários respondidos pelos estudantes, cujas respostas captam maior diversidade de ambientes e atividades e maior grau de subjetividade. Identificam a importância de aspectos de socialização e recursos de ensino-aprendizagem, os quais se refletem em referências, diretas ou indiretas, a melhorias em áreas sociais da escola, como pátio coberto e descoberto, ginásio poliesportivo e refeitório, e nos espaços formais de aprendizagem, como salas de aula, laboratórios e biblioteca. E tais observações abrangem tanto aspectos quantitativos, dimensionamento, quanto aspectos qualitativos, espaço mais aprazíveis. Conforme os estudantes, as principais qualidades da escola são amplas salas de aulas, áreas de recreação e socialização, espaços extras de aprendizado, como biblioteca e laboratórios. Além disso, os alunos do 6º ano elogiam o conforto térmico, por estudarem em sala com ar-condicionado, enquanto os alunos do 9º se revelam menos satisfeitos. Outro aspecto

positivo frequentemente relatado pelos alunos trata-se da existência e utilização do ginásio coberto para realização de atividades físicas e de socialização. E, quanto às principais demandas, os estudantes apontam: subdimensionamento do refeitório, que é insuficiente para comportar todos os alunos simultaneamente (durante a pandemia, essa questão foi parcialmente contornada, devido ao rodízio de turmas estipulado como medida de biossegurança). Também são apontados desconfortos térmicos e espaço insuficiente para socialização.

A ATUAL REFORMA DO EDIFÍCIO

A execução da atual reforma do ambiente construído da EMEF Abdias Aires de Queiroz, iniciada em março de 2022, põe em evidência o processo de planejamento das construções escolares locais e, por conseguinte, a participação do conselho escolar (ou membros da comunidade escolar) nessa atividade.

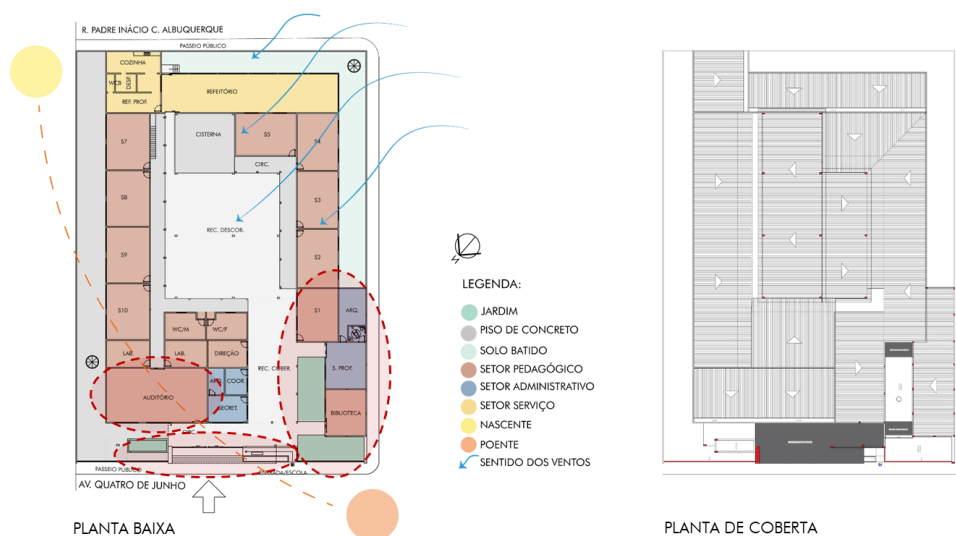
Conforme depoimento do projetista (arquiteto), também responsável por projetos de obras públicas em outros sete municípios próximos, a proposta arquitetônica baseou-se em demandas apresentadas pela gestão escolar municipal, em função da disponibilidade de recursos públicos provenientes de emenda parlamentar, as quais foram, em seguida, acompanhadas por visita de campo e contato com gestor local da escola. Segundo o arquiteto, ao se referir a projetos similares de escolas públicas, “fazemos pequenas reuniões todo início de ano e vamos conversando com os professores e diretores, e eles informam como está a situação da escola...”.

Diante da celeridade no processo de projeto da EMEF Abdias Aires de Queiroz, foram ocasionais os contatos com a comunidade escolar, os quais se concentraram na visita de campo para levantamento físico do edifício. Mesmo a apresentação da proposta aos secretários municipais e/ou ao gestor da escola priorizou a exposição de uma imagem acabada e capaz de motivar a rápida aprovação do público. Como afirma o próprio arquiteto:

Eu monto a planta baixa como é atual, faço as reformas e já monto o 3D, porque eles [secretários e gestores] não compreendem muito o 2D, principalmente para encantar logo e não ficar com muito ‘muído’. Então eles se apaixonam pela fachada e eu vou explicando (...) vou explicando logo o que eles pediram e depois as ‘revoluções’.

Em contrapartida, a possibilidade de gerar discussões sobre o ambiente construído e a possibilidade de pôr em pauta alterações, divergências e alternativas não foram priorizadas nesse processo. Da mesma forma, a pouca diversidade de agentes envolvidos limita o debate. Prevalece, portanto, a autoridade técnica do arquiteto, que atua, nessa ocasião, como o principal detentor de conhecimento para definir, segundo suas percepções individuais, a melhor solução para o ambiente construído da escola.

Figura 4. Ampliação e reforma da escola EMEF Abdias Aires de Queiroz.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cabaceiras, 2022 (editado).

O projeto de reforma pode ser sintetizado, conforme o projetista, nas seguintes ações: instalar forro nas salas de aula, requalificar os banheiros (feminino e masculino), renovar instalações elétricas e sanitárias (quando necessário), recobrir o pátio central, para ampliar as áreas cobertas de recreação, e dar nova identidade à fachada da escola, de forma a torná-la aparentemente mais convidativa [Figura 4].

Esse processo de planejamento se assemelha ao relatado pelos demais agentes entrevistados, no qual se verifica pequena diversidade de participantes e pouca efetividade de representação do conselho escolar.

Conforme a Secretária de Obras, no processo de planejamento físico da escola, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos tem papel importante, pois é responsável pela execução de serviços de manutenção e pequenas obras de reforma e pela fiscalização de obras maiores executadas por empresas particulares. Seus técnicos realizam, a cada ano letivo, vistorias prediais para detectar necessidades de pequenos reparos. Segundo a Secretária de Obras, a demanda por reformas nas escolas municipais é, em geral, realizada pelos próprios membros da comunidade escolar, como professores e estudantes, principalmente durante as reuniões com os pais dos estudantes. Os projetos padrões do FNDE/MEC, por vezes reproduzidos em Cabaceiras (diante da facilidade de financiamento federal), como o ginásio coberto junto à EMEF Abdias Aires de Queiroz, tornam-se parâmetros de qualidade da construção escolar no discurso da Secretária de Obras, sobretudo quanto ao dimensionamento e padrões construtivos.

De acordo com a Gestora da escola, as solicitações de reformas do ambiente construído se iniciam na própria escola, através de solicitações espontâneas de professores ou estudantes, que priorizam: necessidade de climatização das salas, construção de laboratórios, maior quantidade de equipamentos sanitários e ampliação do espaço da biblioteca. Outra fonte de demandas em relação ao ambiente construído são as visitas periódicas (a cada início de ano letivo) realizadas por engenheiros da prefeitura municipal, para identificar demandas imediatas de manutenção predial. Por sua vez, o Conselho de Classe se reúne trimestralmente, mas não se detém na discussão do ambiente construído. A fragilidade desse processo é percebida, ao constatar que a atual Gestora só teve maior conhecimento sobre o projeto de reforma, após assumir o cargo, não obstante lecionasse há vários anos nessa escola. Tal fato sinaliza a centralização de informações no(a) ocupante desse cargo, em detrimento de uma maior horizontalidade de discussões. Conforme a antiga Gestora: “na verdade, nos conselhos a gente não discute questões relacionadas ao ambiente construído, a gente discute geralmente em reunião de pais...” Ela ainda complementa: “normalmente quando algum pai vem questionar, é mais de forma individual, não são questões apresentadas no conselho...”.

Conforme Professor B, a ausência de maior participação dos conselheiros na discussão ou planejamento do ambiente construído da escola, ou uma “falta de entrosamento entre gestão e conselho”, é percebida pelo fato do representante de pais (que também é professor da instituição) expor que “em nenhum momento, nós pais, fomos convidados para conversar sobre isso, não...”. Conforme o mesmo professor, as atribuições são voltadas para os aspectos pedagógicos, que em geral são temas de reuniões bimestrais com os pais/responsáveis, mas que, para além desses eventos, o conselho não é ativo nem busca tratar do ambiente construído.

Quanto aos estudantes, apenas 06 (16% do universo de 37 participantes da pesquisa), afirmaram conhecer o atual projeto de reforma da escola, sendo um estudante do 6º ano e 05 do 9º ano. Em contrapartida, apenas 01 estudante (9º ano) afirmou ter participado de reunião para avaliar o espaço físico da escola.

Frente a essas limitações, foram citadas dificuldades para o engajamento da comunidade nos processos participativos escolares, segundo a Gestora, “pelo fato deles não estarem inseridos na realidade da escola, eles não dão muita opinião...”. Também foram relatadas dificuldades específicas ao aspecto da participação no planejamento do espaço físico da escola, que não é objeto de pauta nas reuniões de pais e do conselho que, em geral, se concentram em aspectos pedagógicos.

Em consequência da ausência de discussão sobre o ambiente construído através dos conselhos existentes, seu planejamento torna-se uma atribuição de pessoas chave, como secretários municipais, gestor da escola e projetista. Esse último, diante de sua autoridade técnica, torna-se o principal responsável por determinar, segundo suas percepções individuais ou parâmetros universais, as soluções mais convenientes para o ambiente construído.

Isso também é evidenciado, quando se contrapõe as percepções e demandas da comunidade escolar e as propostas e percepções do projetista, diante das contradições entre o desejado pelos usuários e o atualmente em construção. Em primeiro lugar, a fachada tornou-se objeto da reforma por demanda do próprio arquiteto, não sendo um elemento citado anteriormente por nenhum dos entrevistados, sejam eles alunos, professores ou gestores. Os estudantes valorizam as atividades em áreas livres, a exemplo de práticas esportivas e socialização, e a necessidade de qualificar

esses espaços, ao passo que a reforma, nesse aspecto, se restringe a cobrir o pátio central, em detrimento de outras possibilidades de intervenções no ambiente construído, como presença da natureza, diversificação de espaços, integração da escola ao ginásio. São reforçadas demandas mais relacionadas às atividades formais nas salas de aula, numa visão tradicional do processo de ensino-aprendizagem e restritiva de explorar o ambiente construído como recurso pedagógico. Nessa direção, procura-se melhorar o conforto das salas, através de ventilação artificial (ar-condicionado) e instalação de forro.

CONCLUSÃO

O Conselho Escolar tem o potencial de favorecer, além da gestão democrática da escola, a participação da comunidade no planejamento e manutenção de seu ambiente construído, mas isso não se efetiva na EMEF Abdias Aires de Queiroz.

O Conselho de Classe e Conselho de Pais, existentes na escola, atuam de forma independente entre si e possuem pouca diversidade de participantes (ao contrário do recomendado à democratização administrativa). Funcionários (porteiro, bibliotecário, secretária e serviços gerais) não estão representados nesses conselhos. Pais de estudantes são representados por um professor. E não há presença de representantes da comunidade local.

Apesar da aparente periodicidade de reuniões, a exemplo das reuniões trimestrais do Conselho de Classe, são priorizadas questões administrativas, pedagógicas e financeiras, isto é, pautas que não contemplam a discussão sobre o ambiente construído e sua importância para o processo de ensino-aprendizagem. Esse é objeto apenas da vistoria periódica do edifício antes do início de cada ano letivo, a qual poderia ter impacto mais benéfico à comunidade escolar se ocorresse em outros momentos. Pois, durante o período de férias, não é possível observar a interação das pessoas (estudantes, professores e funcionários) com o ambiente construído e captar suas percepções e opiniões. Com isso, o planejamento do ambiente construído é restrito a poucos participantes, em geral técnicos da secretária municipal e gestor(a) da escola. E os demais membros da comunidade escolar se detêm em temas mais próprios a sua área de atuação, aspectos didáticos, administrativos, financeiros, disciplinares. Em consequência, perde-se a oportunidade de explorar e debater o ambiente construído como recurso complementar à melhoria das atividades de ensino-aprendizagem locais.

Portanto, percebe-se, quanto ao nível de participação, que o maior envolvimento com o planejamento do ambiente construído da escola se dá através de pessoas chave: secretários municipais, projetista e gestor da escola, ao passo que os demais membros da comunidade escolar têm envolvimento ocasional e sem repercussões diretas no planejamento. E, ao verificar os discursos dos participantes da pesquisa, constata-se variadas percepções, sobretudo entre estudantes e professores, afora o projetista. Enquanto os professores restringiram suas percepções aos ambientes de ensino formal, a sala de aula, os alunos vislumbraram maior diversidade de ambientes e atividades na escola, a exemplo de atividades esportivas e de socialização, ocorridas em áreas livres. Essa constatação sinaliza a importância da diversidade de participantes ao planejar o ambiente construído da escola.

Em pesquisas futuras, seria importante captar opiniões de maior diversidade de participantes, como funcionários, professores de atividades práticas (artes ou educação física) e pais, mesmo daqueles que não são membros do conselho escolar. Também seria oportuno realizar observação direta das atividades realizadas na escola, já que essa foi uma limitação da atual pesquisa, diante das restrições geradas pela pandemia do Covid-19.

E a pesquisa traz como principal contribuição reforçar a importância de captar a opinião de diferentes agentes envolvidos com o ambiente escolar, haja vista a variação de percepções entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: MEC, SEB, nov. 2004. V. 1.

DELIBERADOR, M. S. **O processo de projeto de arquitetura escolar no Estado de São Paulo: caracterização e possibilidades de intervenção**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2010.

_____; KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Importância dos agentes para a arquitetura escolar: aplicação de jogo de apoio ao processo participativo. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 273-288, abr./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

INEP. **Censo Da Educação Básica | 2021**: Notas Estatísticas. Brasília: Inep/MEC, 2022.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura escolar**: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LUCK, R. Editorial: What is it that makes participation in design participatory design? **Design Studies**, London, v. 59, nov. 2018a, p. 1-8. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/destud>. Acesso em: 19 out. 2020.

_____. Participatory design in architectural practice: Changing practices in future making in uncertain times. **Design Studies**, London, v. 59, nov. 2018b, p. 139-157. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/destud>. Acesso em: 19 out. 2020.

RISCAL, José Reinaldo; LUIZ, Maria Cecília. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala**: o desempenho de escolas públicas no Brasil. São Carlos: Pixel, 2016.

SANOFF, H. **Schools building assessment methods**. Washington: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001a.

_____. **Schools designed with Community Participation**. Washington: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001b.

_____. Editorial: Special issue on participatory design. **Design Studies**, London, v. 28, May 2007, p. 213-215. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/destud>. Acesso em: 19 out. 2020.

SOUZA, L. N. de; KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; WOOLNER, P. Parâmetros de projeto e métodos visuais APOs: estudo de duas escolas no Reino Unido. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 199-223, jul./set. 2020.

VILLAÇA, R. B.; PEREIRA, F. T. de B. **Práticas de participação na arquitetura escolar de Campina Grande e região**. PIBIC/UFPG 2020-2021, Campina Grande/PB, 2021.

WOOLNER, P. Building Schools for the Future through a participatory design process: exploring the issues and investigating ways forward. BERA2009 - The British Education Association Conference. **Anais...** p.1-17. Manchester, UK, 2009.

WOOLNER, P.; et al. Getting together to improve the school environment: user consultation, participatory design and student voice. **Improving Schools**, v. 10, n. 3, p. 233-248, nov. 2007.